



**Auditoria
Interna**

Universidade Federal do ABC

Foto de Thiago Barbosa - ACI



**Plano Anual de Atividades de
Auditoria Interna 2016 - PAINT**

Universidade Federal do ABC

Reitor:

Prof. Klaus Werner Capelle

Vice-Reitor:

Prof. Dácio Roberto Matheus

Chefe de Gabinete:

Marcos Joel Rúbia

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. José Fernando Rey

Pró-Reitor de Pós-Graduação:

Prof. Gustavo Martini Dalpian

Pró-Reitor de Pesquisa:

Prof.^a Marcela Sorelli Carneiro Ramos

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Daniel Pansarelli

Pró-Reitor de Administração:

Prof. Júlio Francisco Blumetti Facó

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:

Prof. Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas:

Gustavo Adolfo Galati

Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas:

Prof. Annibal Hetem Junior

Diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas:

Prof. Ronei Miotto

Diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição:

Prof. Edson Pinheiro Pimentel

Procurador:

Dr. Reginaldo Fracasso

Prefeito Universitário:

Walter Ignácio Rosa

Secretaria-Geral:

Soraya Aparecida Cordeiro

Chefe da Auditoria Interna

Adriana Maria Couto Caruso

ÍNDICE

1 –	INTRODUÇÃO	4
2 –	A INSTITUIÇÃO	4
2.1	Estrutura acadêmica	4
2.2	Missão da UFABC	5
2.3	Diretrizes institucionais segundo o PDI 2013-2022	5
2.4	Estrutura organizacional da UFABC.....	6
3 –	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA	7
4 –	FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT	7
4.1	Da Auditoria Interna da UFABC	8
4.2	Recursos humanos da Auditoria Interna	9
4.3	Orçamento da unidade de Auditoria Interna.....	10
5 –	DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES	10
5.1	Priorização das atividades.....	10
5.2	Questionário aplicado à auditoria baseada em riscos	11
5.3	Avaliação do grau de risco institucional	13
5.4	Auditorias “obrigatórias”	16
5.5	Classificação das áreas de acordo com a Matriz de Riscos:.....	18
5.6	Ações de auditoria previstas e seus objetivos.....	20
5.7	Execução das ações	26
6 –	PLOA 2016 E AÇÕES DE AUDITORIA.....	28
7 –	CONCLUSÃO.....	29

1 – INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2016 (PAINT) foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa nº. 07, de 29 de dezembro de 2006, que estabelece normas de elaboração e acompanhamento da execução do planejamento anual das unidades de auditoria interna pertencentes às entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal, bem como ao disposto na Instrução Normativa nº 01, de 03 de janeiro de 2007.

O objetivo do PAINT, por meio de procedimentos ordenados e sistemáticos, é contribuir com a Administração na busca por resultados satisfatórios quanto à: eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos e fatos da gestão.

2 – A INSTITUIÇÃO

A Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), instituída pela Lei nº 11.145 de 26 de julho de 2005, emergiu no cenário do ensino superior brasileiro com uma proposta inovadora, ao apresentar um projeto pedagógico baseado em dois pilares fundamentais: a interdisciplinaridade e a inclusão social.

O ingresso aos cursos de graduação da UFABC ocorre por meio dos bacharelados interdisciplinares (BIs): **Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) ou Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H)**, com duração estimada de 3 (três) anos cada.

Os demais cursos de graduação da UFABC, denominados “cursos de formação específica”, estão vinculados, obrigatoriamente, a um dos Bacharelados Interdisciplinares. Assim, o aluno para se graduar em um dos cursos específicos deverá ter cursado um dos BI's.

2.1 Estrutura acadêmica

Em virtude de seu projeto pedagógico interdisciplinar, a estrutura acadêmica da UFABC não poderia se basear em paradigmas ortodoxos. Na UFABC, a estrutura acadêmica é constituída por 3 (três) Centros, quais sejam: Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH), Centro de Matemática Cognição e Computação (CMCC), Centro

de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS), integrando, portanto, diferentes áreas do conhecimento.

2.2 Missão da UFABC

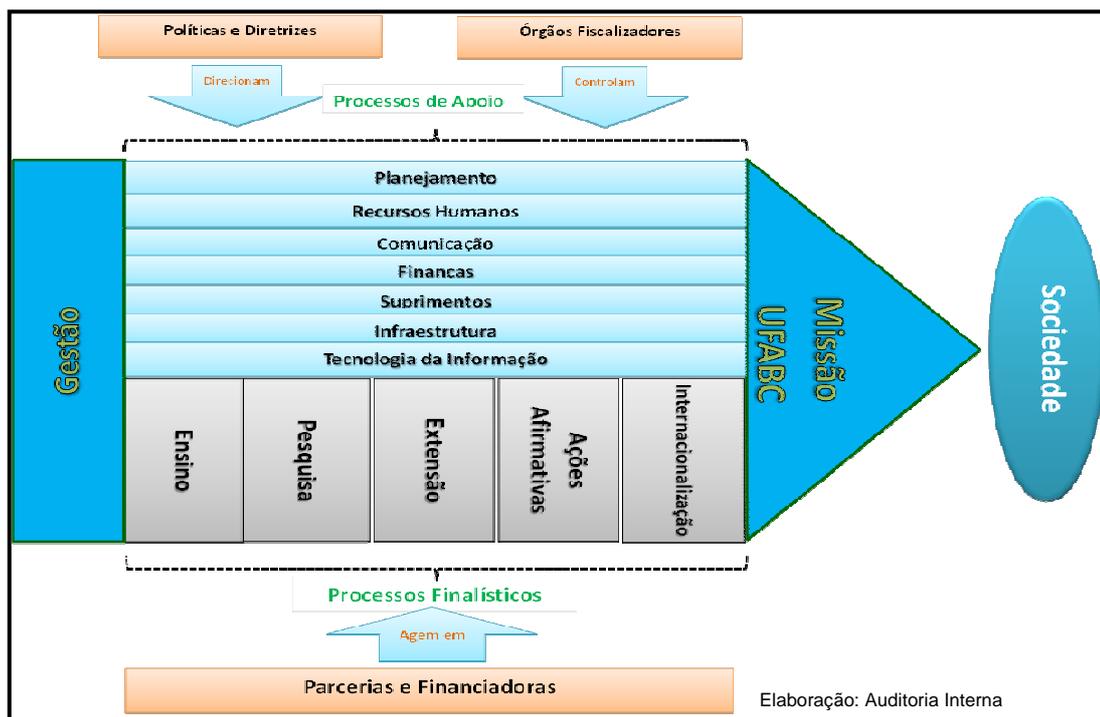
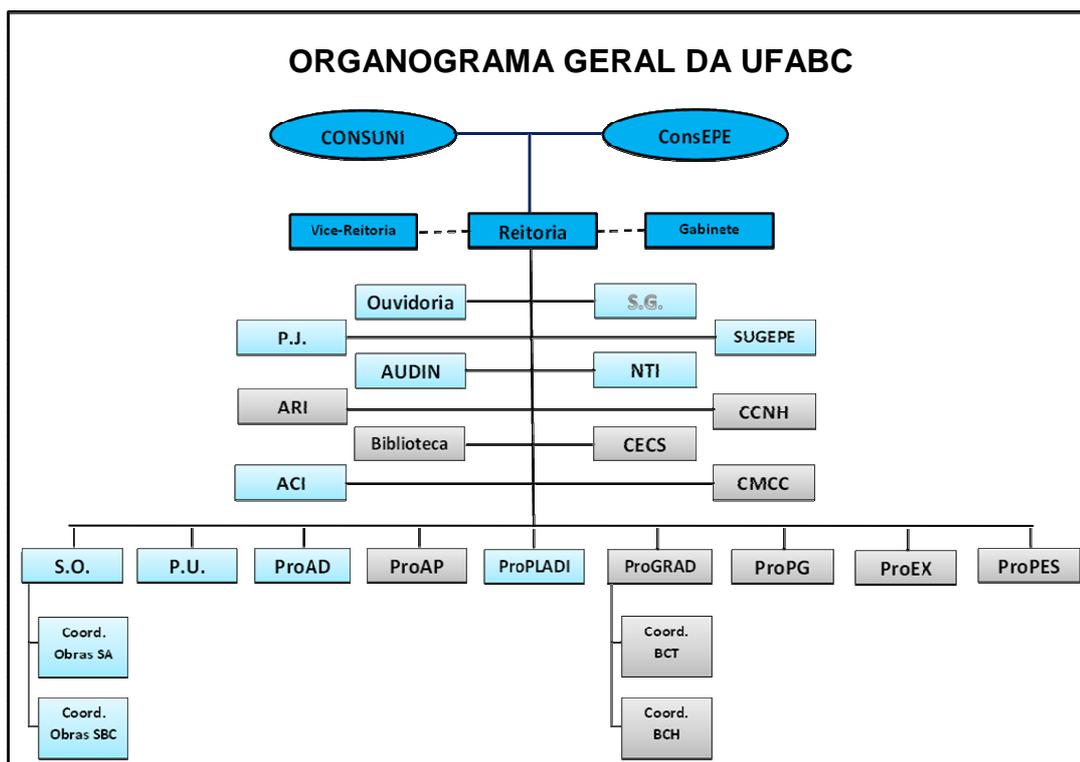
De acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2022, a Fundação Universidade Federal do ABC tem por missão:

“Promover o avanço do conhecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como fundamentos básicos a interdisciplinaridade, a excelência e a inclusão social.”

2.3 Diretrizes institucionais segundo o PDI 2013-2022

- I - ética e respeito, como condições imprescindíveis para o convívio humano e profissional;
- II - excelência acadêmica, abrangendo excelência em pesquisa, ensino, extensão e gestão;
- III - interdisciplinaridade, identificada claramente como uma interação entre áreas, além da mera multidisciplinaridade;
- IV - inclusão social, praticada tanto como um ato de responsabilidade e solidariedade quanto como um processo ativo de identificação e desenvolvimento de talentos;
- V - ausência de departamentos, como forma de estimular o livre trânsito e a interação entre todos os membros da comunidade universitária;
- VI - recortes modernos e flexíveis dos cursos, valorizando o estudo independente e enfatizando a responsabilidade do aluno pelo próprio currículo;
- VII - busca constante por inovação acadêmica, não como um fim em si, mas como a única forma de manter-se relevante perante as rápidas mudanças da sociedade e da tecnologia;
- VIII - gestão democrática e participativa dos recursos da Universidade, abrangendo recursos humanos, financeiros, patrimoniais e espaço físico; e
- IX – responsabilidade ambiental.

2.4 Estrutura organizacional da UFABC



Legenda:

Cinza – áreas finalísticas e respectivos processos primários

Azul Claro – áreas-meio, assessorias e respectivos processos secundários

Azul – alta administração e processo de gestão

Nota: a Resolução ConsUni nº 158 alterou a denominação da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

3 – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA

A equipe da Auditoria Interna passa por constante processo de capacitação, haja vista a necessidade de aperfeiçoamento técnico e comportamental, no intuito de melhor desempenhar suas atribuições.

Pretende-se em 2016 viabilizar a participação dos servidores no Fórum Nacional de Auditores Internos - FONAI, além de cursos de capacitação em: gestão de riscos, sistemas informatizados do Governo Federal, planejamento e execução orçamentária, dentre outros.

A inscrição em treinamentos nas áreas citadas se justifica em razão das ações de controle relacionadas neste documento, bem como das competências indispensáveis para o exercício da função de auditor. Não obstante, poderá ser solicitado, em momentos específicos, o apoio técnico de profissionais cujos cargos não estejam contemplados no quadro atual de servidores da Auditoria Interna (AUDIN), bem como acordada a realização de auditoria compartilhada com a Controladoria-Geral da União (CGU), se houver justificativa para tanto e disponibilidade dos servidores do referido órgão de controle.

4 – FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

Para a elaboração do Plano de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) 2016, foram considerados: diagnóstico das áreas mais sensíveis a riscos da instituição, obtido por meio da aplicação de metodologia específica (Auditoria Baseada em Riscos – ABR); os planos e objetivos da UFABC, seus programas e ações definidos em orçamento; a legislação aplicável à organização; bem como os resultados dos últimos trabalhos de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), da CGU e da própria Auditoria Interna, que geraram diligências pendentes de atendimento.

As ações programadas para 2016 abrangerão o período de 4 de janeiro a 23 de dezembro. Para o cálculo das horas, consideramos o quantitativo atual de 1 (uma) chefe de auditoria e 6 (seis) técnicos, no regime de 8 horas diárias.

Nas horas destinadas a cada auditoria, estão inclusos: o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos; coleta e análise de dados e aplicação das técnicas apropriadas; leitura e interpretação da legislação pertinente; e elaboração das

solicitações de auditoria, dos registros das constatações, das notas e dos relatórios de auditoria, com os achados e as respectivas recomendações.

4.1 Da Auditoria Interna da UFABC

Segundo a Instrução Normativa SFC nº 01, de 06 de abril de 2001, as entidades da Administração Pública Federal Indireta, a exemplo da UFABC, deverão organizar suas respectivas unidades de auditoria interna, as quais terão como finalidades básicas fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Sendo assim, com base no conceito de auditoria interna e nas recomendações originárias do Acórdão TCU nº 3.468/2014 – Plenário, a missão, a visão e os valores da Auditoria Interna da UFABC foram revisitados, conforme demonstrado a seguir:

Missão

Realizar sua atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, adicionando valor e indicando diretrizes de controle para o alcance dos objetivos institucionais na governança da UFABC, de modo a assessorar, nesse âmbito, os órgãos do Sistema Federal de Controle do Poder Executivo, visando analisar a eficiência, a eficácia e a avaliação da gestão de riscos na aplicação dos recursos públicos desta instituição.

Visão

Ser reconhecida como uma entidade de referência em Auditoria Interna na esfera do serviço público federal, aprimorando cada vez mais seus processos e serviços, de forma ética, visando a excelência do controle interno como instrumento de governança pública e gestão governamental. .

Valores

Ética – praticar a ética, a verdade, a honestidade, a transparência e o respeito em todos os relacionamentos, especialmente nos que decorram do exercício da função.

Competência e qualidade – atuar de forma dedicada, criativa e inovadora.

Independência – atuar de forma independente e imparcial, procurando sempre a clareza dos fatos apurados.

Trabalho em equipe – desenvolver os trabalhos de forma conjunta, buscando a unidade e uniformidade dos trabalhos.

Cientes internos bem atendidos – Buscar contribuir para a gestão como um todo, por meio de apontamentos pertinentes.

Excelência – Busca incessante de melhoria contínua, assegurando alto padrão de desempenho no exercício de cada uma de nossas ações.

Compromisso com resultados – Dedicção plena para superação das metas assumidas com os órgãos de controle interno e externo, clientes internos e comunidade acadêmica.

Sustentabilidade – Atuar sempre de forma compromissada com práticas sustentáveis na adequada utilização de recursos em geral disponíveis para consecução das atividades desenvolvidas.

4.2 Recursos humanos da Auditoria Interna

A AUDIN – UFABC atualmente é composta pelos seguintes servidores:

NOME	FUNÇÃO/CARGO
Adriana Maria Couto	Chefe da Auditoria Interna / Administradora
Bruna Armonas Colombo	Administradora
Cristiane Tolentino Fujimoto	Auditora Interna
Gebel Eduardo Mendonça Barbosa	Administrador
Leandro Gomes Amaral	Economista
Patrícia Alves Moreira	Administradora
Rodrigo Panzica	Técnico em Contabilidade

4.3 Orçamento da unidade de Auditoria Interna

Para o exercício de 2016, o orçamento estimado da AUDIN é de R\$ 36.900,00, nas seguintes naturezas da despesa:

GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR AUTORIZADO
3	33.90.14	Diárias	R\$ 15.000,00
3	33.90.39	Capacitação	R\$ 21.900,00
TOTAL			R\$ 36.900,00

5 – DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES

Para a definição das atividades a serem realizadas, foi aplicada metodologia desenvolvida pela AUDIN, tendo por referência o modelo de Matriz de Riscos utilizado pelo Banco Central do Brasil. A hierarquização dos graus de risco, porém, não pretende ser uma última posição para fins de planejamento, mas sim um respaldo à ação dos auditores, constituindo-se em uma das fontes de informação que deverá ser por eles consultada.

5.1 Priorização das atividades

A metodologia aplicada para a percepção do risco inerente às áreas considerou a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos critérios utilizados, reduziu o viés que envolve julgamentos individuais e melhorou a compreensão relativa da vulnerabilidade correspondente a cada unidade analisada, propiciando oportunidade de melhoria nos controles internos e a tomada de decisão dos gestores quanto a aceitar, modificar, evitar ou transferir o risco identificado.

Dessa forma, a avaliação de risco foi obtida mediante dados provenientes dos gestores das áreas, nos níveis estratégico, tático e operacional, e da percepção institucional, por meio de fontes tais como, Ouvidoria, Fale-conosco, e-Sic, Relatório de Gestão 2014 e monitoramento das providências propostas pelas áreas, de modo a respaldar a tomada de decisões referente ao escopo dos trabalhos de auditoria no exercício subsequente.

5.2 Questionário aplicado à auditoria baseada em riscos

Diante das diversas formas de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da instituição, os fatores de risco utilizados foram baseados em questionário formulado pelo TCU, convencionados de maneira a proporcionar amplitude e generalidade.

A avaliação do risco pelo gestor ocorreu por meio da aplicação do questionário a seguir. Cumpre ressaltar que foram analisadas as unidades administrativas em nível tático (coordenações, divisões acadêmicas e administrativas dos centros e pró-reitorias ligadas à atividade finalística), devido a dificuldades associadas à subdivisão em unidades menores (divisões e seções). Entretanto, a pontuação foi atribuída por três avaliadores, quais sejam:

- ✓ Gestor nível estratégico ao qual a unidade avaliada está subordinada;
- ✓ Gestor nível tático responsável pela unidade administrativa avaliada;
- ✓ Um gestor nível operacional responsável por seção ou divisão subordinada à unidade avaliada.

FATORES AVALIADOS	AVALIAÇÕES		
	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO	GESTOR NÍVEL OPERACIONAL
AMBIENTE DE CONTROLE			
1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da área.			
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.			
3. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.			
4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			
5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades de competência da área.			
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.			
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO			
AVALIAÇÃO DE RISCO	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO	GESTOR NÍVEL OPERACIONAL
7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.			
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área.			

9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO			
PROCEDIMENTOS DE CONTROLE	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO	GESTOR NÍVEL OPERACIONAL
11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.			
12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.			
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO			
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO	GESTOR NÍVEL OPERACIONAL
13. A informação relevante para área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.			
14. As informações consideradas relevantes pela área são de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.			
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO			
MONITORAMENTO	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO	GESTOR NÍVEL OPERACIONAL
16. O sistema de controles internos da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			
17. O sistema de controles internos da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas.			
18. O sistema de controles internos da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO			
PONTUAÇÃO TOTAL			
Valores da avaliação (adaptação da escala de Likert sem o elemento central):			
(0) Concordo totalmente.			
(1) Concordo parcialmente (em sua maioria).			
(2) Não concordo, mas parcialmente (em sua minoria).			
(3) Não concordo, totalmente.			

5.3 Avaliação do grau de risco institucional

Outra etapa componente da ABR é a percepção organizacional, a qual subsidiou a formatação de questões para atribuição de pontuação ao grau de risco. Com fundamento na Seção II do Capítulo VI do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as variáveis básicas utilizadas para a planificação dos trabalhos de auditoria são: materialidade, relevância e criticidade.

- ✓ **Materialidade:** leva em consideração o montante dos recursos orçamentários e financeiros envolvidos;
- ✓ **Relevância:** importância relativa ou papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade; e
- ✓ **Criticidade:** refere-se aos elementos de vulnerabilidade ou riscos potenciais.

Dessa forma, as questões formatadas foram as seguintes:

1) *Quando foi a última vez que a área foi auditada?*

(0) *Nos últimos 6 (seis) meses*

(5) *No intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses*

(10) *No intervalo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses*

(15) *Há mais de 2 (dois) anos*

(20) *Nunca*

2) *Qual a magnitude do índice padronizado (z) no que se refere aos recursos orçamentários geridos pela área?*

(0) $z \leq -1$

(4) $-1 < z \leq -0,5$

(8) $-0,5 < z \leq 0$

(12) $0 < z \leq 0,5$

(16) $0,5 < z \leq 1$

(20) $z > 1$

Onde: $z = (\text{dotação orçamentária da área} - \text{dotação média das áreas}) / \text{desvio padrão}$

3) Qual a proporção da despesa liquidada em relação à dotação atualizada da área no último exercício?

- (0) $0,8 \leq p \leq 1$
- (2) $0,6 \leq p < 0,8$
- (4) $0,4 \leq p < 0,6$
- (6) $0,2 \leq p < 0,4$
- (8) $0 \leq p < 0,2$

4) Qual a magnitude do índice padronizado (z) obtido pela área na última avaliação de desempenho?

- (0) $z > 1$
- (5) $0 \leq z \leq 1$
- (10) $-1 \leq z < 0$
- (15) $z < -1$

Onde: $z = (\text{avaliação da área} - \text{média de todas as avaliações}) / \text{desvio padrão}$

5) No que se refere ao monitoramento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU):

a) a área costuma acatar o que foi recomendado?

- (0) Sempre acata ou não houve recomendação
- (3) Algumas vezes (baixa propensão à assunção de riscos)
- (6) Nunca (alta propensão à assunção de riscos)

b) a área costuma implementar no prazo original as providências assumidas?

- (0) Sempre implementa ou não houve recomendação
- (3) Algumas vezes
- (6) Nunca implementa no prazo ou tem alta propensão à assunção de riscos

6) No que se refere às informações encaminhadas por meio da Ouvidoria:

a) qual a proporção (p) das críticas e reclamações a respeito da área?

(0) $0 \leq p \leq 0,1$

(1) $0,1 < p \leq 0,2$

(2) $0,2 < p \leq 0,3$

(3) $0,3 < p \leq 0,4$

(4) $0,4 < p \leq 0,5$

(5) $p > 0,5$

b) *as respostas produzidas pela área foram apresentadas no prazo estipulado?*

(0) *Sim (se não houve demandas, aplica-se esta opção)*

(2,5) *Não, contudo a proporção de respostas apresentadas fora do prazo é inferior ao resultado geral das áreas (medido pela proporção entre o somatório das respostas fora do prazo e o total de demandas)*

(5) *Não, além disso a proporção de respostas apresentadas fora do prazo é superior ao resultado geral das áreas (medido pela proporção entre o somatório das respostas fora do prazo e o total de demandas)*

7) *No que se refere às informações encaminhadas pelo “Fale Conosco”:*

a) *Qual a proporção (p) das críticas e reclamações a respeito da área?*

(0) $0 \leq p \leq 0,1$

(1) $0,1 < p \leq 0,2$

(2) $0,2 < p \leq 0,3$

(3) $0,3 < p \leq 0,4$

(4) $0,4 < p \leq 0,5$

(5) $p > 0,5$

b) *as respostas produzidas pela área foram apresentadas no prazo estipulado?*

(0) *Sim (se não houve, demandas aplica-se esta opção)*

(2,5) *Não, contudo a proporção de respostas apresentadas fora do prazo é inferior ao resultado geral das áreas (medido pela proporção entre o somatório das respostas fora do prazo e o total de demandas)*

(5) Não, além disso a proporção de respostas apresentadas fora do prazo é superior ao resultado geral das áreas (medido pela proporção entre o somatório das respostas fora do prazo e o total de demandas)

8) Houve recursos encaminhados pelo e-Sic a serem respondidos pela área?

(0) Não

(5) Sim

5.4 Auditorias “obrigatórias”

No que tange aos processos relativos às auditorias “obrigatórias”, cuja responsabilidade por geri-los recai sobre áreas meio da UFABC, a metodologia consistiu na aplicação do seguinte roteiro:

- ✓ identificação e separação dos processos secundários relativos a auditorias tidas como “obrigatórias”;
- ✓ avaliação do grau de risco dos processos com essa característica;
- ✓ estabelecimento de classificação em função do grau de risco;
- ✓ seleção dos processos mais críticos, de acordo com a disponibilidade de recursos da Auditoria Interna.

Cumpre-nos esclarecer que a expressão auditoria “obrigatória” se refere a ações demandadas em razão de fatores tais como: normativos acerca da atuação da unidade de auditoria interna, prioridades estabelecidas pela alta administração ou diretrizes emanadas dos órgãos federais de controle. Dessa forma, seus respectivos processos serão identificados, avaliados e classificados separadamente dos demais, em face de sua natureza singular.

No intuito de proceder à classificação, os aspectos considerados serão:

- ✓ demandas diretas da alta administração;
- ✓ recursos envolvidos na gestão orçamentária;
- ✓ monitoramento das providências assumidas pelos gestores;
- ✓ intervalo entre auditorias realizadas;

- ✓ diretrizes dos órgãos federais de controle (CGU e TCU).

A partir disso, os processos secundários identificados com característica de ação “obrigatória” (críticos) devem ser submetidos às questões 1, 5 e 8 previstas no item 5.3, sendo que a questão 1 passa a ter as seguintes faixa de pontuação:

Quando foi a última vez que a área (dono do processo) foi auditada?

(0) Nos últimos 6 (seis) meses

(7,5) No intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses

(15) No intervalo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses

(22,5) Há mais de 2 (dois) anos

(30) Nunca

Ao resultado encontrado, somam-se:

- ✓ *15 pontos àqueles processos os quais são constantemente objeto de enfoque pelos órgãos federais de controle;*
- ✓ *25 pontos aos processos cuja necessidade de exame está preceituada na Instrução Normativa CGU nº 01, de 3 de janeiro de 2007;*
- ✓ *13 pontos aos processos-meio relacionados a temas prioritários ao planejamento a médio e longo prazo da instituição.*

5.5 Classificação das áreas de acordo com a Matriz de Riscos:

MATRIZ DE RISCO A – ÁREAS FINALÍSTICAS

Áreas avaliadas			
Área	Grau de risco na visão do gestor	Grau de risco na visão institucional	Grau de risco - média ponderada
PROAP	58,02%	63,50%	61,31%
PROGRAD - DPAG	52,78%	48,50%	50,21%
PROGRAD - DAC	45,06%	48,50%	47,12%
PROPG - Coord. Acadêmica	21,30%	60,00%	44,52%
PROPG - Coord. Administrativa	18,52%	60,00%	43,41%
CECS - Adminsitrativo	29,63%	43,00%	37,65%
Biblioteca	24,69%	45,00%	36,88%
PROPEs - Agência de Inovação	36,42%	36,00%	36,17%
ARI	25,93%	37,00%	32,57%
PROEC	27,16%	32,50%	30,36%
CECS - Acadêmico	5,56%	43,00%	28,02%
Secretaria Geral	22,22%	26,50%	24,79%
PROPEs	26,54%	23,00%	24,42%
CMCC - Administrativo	24,69%	24,00%	24,28%
CMCC - Acadêmico	21,30%	24,00%	22,92%
CCNH - Adminsitrativo	17,28%	21,00%	19,51%
CCNH - Acadêmico	16,05%	21,00%	19,02%

Elaboração: Auditoria Interna.

Legenda:
Risco baixo
Risco médio
Risco alto
Risco altíssimo ou crítico

Onde:

Grau de risco gestor = média aritmética = (% A1 + % A2 + % A3) / 3 (1)

- ✓ % A1 - percentual calculado a partir da avaliação do gestor estratégico
- ✓ % A2 – percentual calculado a partir da avaliação do gestor tático
- ✓ % A3 – percentual calculado a partir da avaliação do gestor operacional

Grau de risco institucional (%) = % A4 = (somatório dos pontos) / 100 (2)

Média final = (grau de risco gestor (%) * 4 + grau de risco institucional * 6 (%) / 10 (3)

MATRIZ DE RISCOS B – PROCESSOS CRÍTICOS

Processos avaliados			
Área	Grau de risco	Diferença para média	Índice (z)
Convênios	71,00%	19,91%	1,45
Contratos	65,50%	14,41%	1,05
Recursos Humanos	64,00%	12,91%	0,94
Planejamento	59,00%	7,91%	0,58
Licitações	58,50%	7,41%	0,54
Finanças	52,00%	0,91%	0,07
Tecnologia da Informação	49,00%	-2,09%	-0,15
Obras	49,00%	-2,09%	-0,15
Suprimentos	33,00%	-18,09%	-1,32
Infraestrutura	31,00%	-20,09%	-1,46
Comunicação	30,00%	-21,09%	-1,54

Elaboração: Auditoria Interna.

Média	51,09%
Desvio Padrão	13,73%

Legenda:

$z \leq -1$
$-1 < z \leq 0$
$0 < z \leq 1$
$z > 1$

Sendo:

$$z = (\text{grau de risco} - \text{grau de risco médio}) / \text{desvio padrão}$$

Siglas das áreas:

ARI – Assessoria de Relações Internacionais

PROEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROAP – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPES – Pró-Reitoria de Pesquisa

CECS – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

CMCC – Centro de Matemática, Computação e Cognição

CCNH – Centro de Ciências Naturais e Humanas

PROPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

5.6 AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS

Diante do quadro supra, serão objeto de exame as áreas que obtiveram maior pontuação, em razão de apresentarem mais alto grau de risco, com exceção da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (processo planejamento) e da Pró-Reitoria de Administração (processo licitações), pois as respectivas ações de auditoria previstas no PAINT 2015 foram prejudicadas devido aos 132 (cento e trinta e dois) dias de duração da Greve dos Técnicos Administrativos na UFABC.

01 – Elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) 2015:

O escopo do trabalho é a elaboração do RAIN, em conformidade com as Instruções Normativas CGU nº 07/2006 e 01/2007 ou legislação que venha a substituí-las, para encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido.

Por meio do referido documento, a Auditoria Interna descreve os resultados dos trabalhos realizados, em relação ao planejamento constante do PAINT, bem como as ações críticas ou não planejadas que exigiram atuação da AUDIN.

O RAIN deverá contemplar:

- ✓ descrição das ações de auditoria interna realizadas pela UFABC;
- ✓ registro quanto à implementação ou cumprimento, pela entidade, ao longo do exercício, de recomendações ou determinações efetuadas pelos órgãos central e setoriais do Sistema de Controle Interno e pelo Conselho Fiscal ou órgão equivalente da entidade;
- ✓ relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade, com base nos trabalhos realizados;
- ✓ fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a auditoria interna; e
- ✓ desenvolvimento institucional e capacitação da auditoria interna.

02 – Gestão e Execução Orçamentária e Financeira e Licitações:

Para a Universidade cumprir sua missão e seus objetivos, é necessário que sejam implementados os programas orçamentários sob sua responsabilidade. O item 4 da Seção I, do Capítulo I da Instrução Normativa SFC nº 01/2001 prevê que são atividades precípuas da auditoria avaliar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, a execução do orçamento da União e a gestão dos administradores públicos federais.

A avaliação visa comprovar: a conformidade da execução com as metas, limites e destinações estabelecidas na lei orçamentária, o alcance dos objetivos governamentais, a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como examinar os resultados atingidos quanto à eficiência, eficácia e economicidade da gestão.

No exercício de 2016, a carga horária desta ação de auditoria será distribuída ao longo do ano, possibilitando à AUDIN monitorar a execução orçamentária durante os doze meses. O escopo abrangerá:

- ✓ as dotações previstas na LOA 2016 e créditos adicionais;
- ✓ os valores pré-empenhados, empenhados, liquidados e pagos;
- ✓ os restos a pagar;
- ✓ a execução da receita;
- ✓ a adequação da estrutura de controles internos no uso dos cartões de pagamento do governo federal, em conformidade com as disposições dos Decretos n.º 5.355/2005 e 6.370/2008;
- ✓ parecer sobre a consistência das informações na prestação de contas da Universidade; e
- ✓ o acompanhamento tempestivo dos principais processos licitatórios, em todas as modalidades, verificando sua formalização e adequação dos certames à legislação vigente.

Quanto ao exame dos processos licitatórios, será realizado por amostragem, considerando os critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores detectados pelos técnicos. No relatório de auditoria, além de discorrer sobre a

metodologia utilizada para a escolha da amostra, far-se-á levantamento quanto aos seguintes elementos:

a) A totalidade das contratações feitas pela UFABC: quantidade de processos licitatórios realizados e os montantes contratados no exercício pela UFABC, considerando diversas modalidades, inclusive dispensa e inexigibilidade; e

b) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ), motivação da contratação, modalidade, objeto e valor da contratação, fundamentação da dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, conclusão sobre a regularidade dos processos examinados e avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UFABC no exercício.

03 – Auditoria Baseada em Riscos (ABR):

Identificar as áreas mais vulneráveis da instituição, culminando com a elaboração de uma matriz de risco, com o propósito de subsidiar:

- ✓ o planejamento dos trabalhos de auditoria, quando da elaboração do PAINT 2017;
- ✓ a definição do escopo, profundidade e extensão da análise; e
- ✓ o direcionamento geral dos trabalhos, a fim de contribuir para a análise da gestão e promover um melhor conhecimento do controle interno da entidade.

04 – Gestão da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLADI (prevista no PAINT 2015):

Esta ação tem por objetivo verificar os aspectos relativos à eficiência, eficácia e efetividade da gestão, avaliando os controles internos realizados pela administração da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI).

A Propladi foi selecionada para compor a matriz dos trabalhos de auditoria, visto que possui grande relevância para o alcance dos objetivos da instituição, alto grau de risco e coordena todos os procedimentos quanto ao orçamento disponibilizado para a universidade.

05 – Gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC (prevista no PAINTE 2015):

Esta ação tem por objetivo verificar os aspectos relativos à eficiência, eficácia e efetividade da gestão, avaliando os controles internos realizados pela administração da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

A Proex foi selecionada para compor a matriz dos trabalhos de auditoria, visto que possui grande relevância para o alcance dos objetivos da instituição, alto grau de risco, alta materialidade e coordena um dos principais pilares finalísticos da UFABC.

06 – Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Interna, TCU e CGU:

Esta ação tem por objetivo o acompanhamento e monitoramento das recomendações referentes aos exercícios 2015, 2016, bem como das remanescentes de exercícios anteriores, verificando as providências adotadas pelas áreas auditadas de acordo com as ações realizadas pela Auditoria Interna e pelos órgãos federais de controle.

07 – Elaboração do PAINTE 2017:

O escopo do trabalho é a elaboração do PAINTE, em conformidade com as Instruções Normativas CGU nº 07/2006 e 01/2007 ou legislação que venha a substituí-las, para encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido.

Por meio do referido documento, a Auditoria Interna planeja suas atividades, levando em consideração os planos, metas, objetivos, programas e políticas gerenciados ou executados pela UFABC, a legislação aplicável, os resultados dos últimos trabalhos realizados e as diligências pendentes de atendimento, especialmente as oriundas da CGU e do TCU.

O PAINTE deverá contemplar as ações de auditoria interna e seus objetivos, bem como as ações de desenvolvimento institucional e capacitação previstas para o fortalecimento das atividades da AUDIN, conforme detalhamento explicitado no art. 2º da IN CGU nº 01/2007.

08 – Capacitação da Equipe Técnica:

Capacitação profissional por meio de participação em treinamentos referentes aos objetos auditados, controle interno, riscos, e demais aperfeiçoamentos que se fizerem necessários para um aperfeiçoamento constante da equipe de auditoria no exercício de suas funções.

09 – Acompanhamento às Diligências dos Órgãos de Controle (CGU e TCU):

A Auditoria Interna fornecerá o apoio necessário aos analistas da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), durante suas visitas à instituição, viabilizando o acesso às dependências e disponibilizando as instalações e infraestrutura adequadas à execução de seus trabalhos. Além disso, a AUDIN realizará o monitoramento das providências, intermediando o atendimento da UFABC às recomendações emanadas por esses Órgãos de controle, auxiliando na identificação e no acompanhamento das providências originadas a partir de diligências, relatórios de auditoria e acórdãos emanados dos órgãos de controle interno/externo, de modo a atender às recomendações/determinações expedidas.

10 – Ações de Integração e Comunicação da AUDIN:

Esta ação visa atender durante o exercício as demandas com relação à integração e comunicação da AUDIN junto à comunidade acadêmica, tais como: a página na internet, a coluna do informativo institucional (Comunicare) e, a administração de conteúdo em rede social (Facebook do Auditorio).

11 – Bolsas de Auxílio a Estudantes (PROAP):

O orçamento anual 2015 da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP) previa o valor de R\$ 8.149.908,47 (oito milhões, cento e quarenta e nove mil, novecentos e oito reais e quarenta e sete centavos), dos quais a maior parte destinada a despesas com auxílio a estudantes.

Considerando a materialidade e a relevância dos recursos previstos e buscando respeitar os princípios básicos da gestão pública, o escopo desta ação consiste em verificar a adequação dos controles existentes, bem como o cumprimento dos princípios legais e normas administrativas quanto aos procedimentos adotados para concessão de auxílio a estudantes.

12 – Gestão dos Laboratórios Didáticos (PROGRAD/CENTROS):

Esta ação tem por objetivo verificar os aspectos relativos à eficiência, eficácia e efetividade da gestão patrimonial, de suprimentos, utilização do espaço, bem como questões de acessibilidade, avaliando os controles internos realizados pela gestão.

Os laboratórios didáticos foram selecionados para compor a matriz dos trabalhos de auditoria, visto que possuem grande relevância para o alcance dos objetivos da instituição e estão contidos em um dos principais pilares finalísticos da UFABC.

13 – Convênios e Parcerias com Fundação de Apoio (ACIC):

Esta ação tem por objetivo avaliar os controles pertinentes à transferência voluntária de recursos da UFABC nos exercícios de 2015 e 2016, com ênfase nas fundações de apoio e outras entidades privadas sem fins lucrativos, mediante convênios, termos de parceria, contratos de repasses, contratos de gestão, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, tendo a UFABC atuado como concedente, conveniente ou interveniente.

14 – Gestão de Contratos:

Esta ação tem por objetivo avaliar a Gestão dos contratos celebrados pela UFABC, no tocante à qualidade da prestação de serviços, cumprimento das cláusulas contratuais e de fiscalização, garantindo a fidelidade ao instrumento originário e cláusulas contratuais em função do volume de recursos envolvidos, a fim de reduzir a possibilidade de incorreções e/ou atos de impropriedades e irregularidades.

A amostragem dos contratos a serem avaliados, considerará os aspectos de materialidade, criticidade e relevância, demonstrando o percentual do valor auditado em relação ao valor contratado em bens e serviços durante o exercício analisado.

15 – Reserva Técnica:

A “Reserva Técnica” consiste em quantidade de homens-hora que poderá ser alocada para atividades de assessoramento à gestão, que contemplam a participação em reuniões com gestores e respostas por escrito a consultas formuladas, bem como para o aprimoramento dos controles e indicadores da Auditoria Interna, monitoramento e avaliação dos trabalhos executados.

As ações de assessoramento visam diminuir a possibilidade de incorreções nos atos de gestão, por meio da orientação efetiva da AUDIN junto aos demais setores da UFABC, objetivando a formalização de fluxos e procedimentos, da adequação das rotinas de controle interno às normas vigentes, bem como do assessoramento às áreas no tocante a questões de governança e gestão de riscos organizacional.

No tocante ao aprimoramento dos controles da AUDIN, planeja-se a elaboração e acompanhamento por meio de índices e indicadores dos trabalhos realizados, das melhorias e resultados obtidos nos fluxos auditados, bem como, o monitoramento dos trabalhos e revisão do planejado e efetivamente realizado, incluindo metas, históricos, cronogramas.

Ressaltamos também que, eventualmente, poderá haver a necessidade de inserção de demais ações, em decorrência de demandas da Alta Administração, as quais serão avaliadas e realizadas de acordo com a carga horária disponível.

5.7 Execução das ações

Os tipos de auditoria a serem realizados no exercício de 2016 poderão ser:

- ✓ auditoria operacional, no sentido de avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional ou parte dele, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial;
- ✓ auditoria de avaliação da gestão, para examinar a documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos, verificando a eficiência dos sistemas de controle interno administrativo e contábil, o cumprimento da legislação pertinente

e os resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia;

- ✓ auditoria compartilhada entre a Controladoria-Geral da União e a Unidade de Auditoria Interna, sendo os trabalhos coordenados pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Período dos exames: Os exames serão realizados no período de 4 de janeiro até 23 de dezembro de 2016.

Sistemas utilizados: A equipe de auditoria poderá acessar os sistemas: SIAFI, SIASG, SIAPE, SIMEC, Tesouro Gerencial e demais sistemas operacionais e de banco de dados, externos e/ou da instituição, para subsídio às atividades.

Cronograma: No anexo I, é possível verificar a distribuição das atividades de auditoria interna e respectiva carga horária, incluindo a elaboração e o aprimoramento dos controles internos das unidades administrativas, assim como o assessoramento técnico.

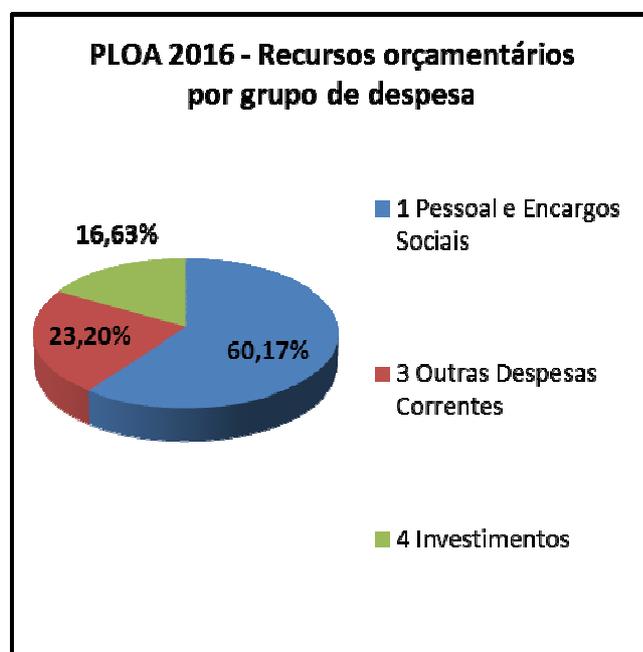
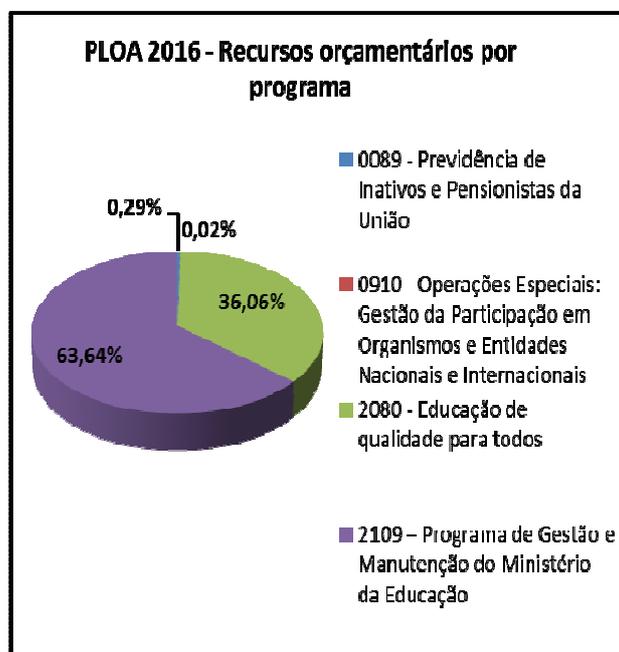
6 – PLOA 2016 E AÇÕES DE AUDITORIA

Os recursos previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) totalizam **R\$ 249.380.563,00** e estão distribuídos da seguinte forma:

GRUPO DE DESPESA	VALOR EM REAIS
1 Pessoal e Encargos Sociais	150.061.687
3 Outras Despesas Correntes	57.849.678
4 Investimentos	41.469.198

Sob o aspecto de programas, assim estão divididos:

PROGRAMA	VALOR EM REAIS
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	715.000
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	40.560
2080 - Educação de qualidade para todos	89.917.239
2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	158.707.764



Os recursos auditados serão informados em cada relatório de auditoria, especificando-se o programa e a ação que são executados pela UFABC.

7 – CONCLUSÃO

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores externos não programados, como: treinamentos; trabalhos especiais; e atendimento ao TCU, à CGU, à Reitoria, às Pró-Reitorias, aos Centros e aos núcleos que compõem a UFABC.

Estima-se atingir êxito quanto ao aprimoramento dos controles internos administrativos, respeitando as peculiaridades institucionais e normas aplicáveis, de modo a mitigar os riscos inerentes aos processos organizacionais, tornando-os residuais e gerenciáveis. Dentre os resultados esperados, destacamos:

- ✓ racionalização dos trabalhos de auditoria interna;
- ✓ estruturação e fortalecimento do sistema de controle interno;
- ✓ interação com a comunidade acadêmica de forma produtiva;
- ✓ consolidação das funções de planejamento, desenvolvimento, organização e controle interno;
- ✓ otimização dos sistemas administrativos;
- ✓ desenvolvimento e capacitação dos servidores; e
- ✓ adequação e distribuição da força de trabalho.

Diante da proposta elaborada, submetemos à análise prévia da Controladoria-Geral da União, Regional São Paulo, a fim de que se manifeste acerca do cumprimento das normas e orientações pertinentes, tecendo as recomendações que entender cabíveis.

Santo André, 29 de outubro de 2015.

Leandro Gomes Amaral
Economista

Rodrigo Panzica
Técnico em Contabilidade

Adriana Maria Couto
Chefe da Auditoria Interna

ANEXO I - DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES NO PLANO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT - EXERCÍCIO: 2016

ANEXO I - DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES NO PLANO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT - EXERCÍCIO: 2016

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ORIGEM DA DEMANDA	LOCAL	OBJETIVOS	PERÍODO		FORMA	Nº AUDITORES	DIAS ÚTEIS	HS	TOTAL HOMEM x HORA
					INÍCIO	TÉRMINO					
01	Elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) 2014	CGU	AUDIN	Relatar as atividades realizadas pela Unidade de Auditoria Interna, comparando-as com o planejado no PAINT 2015, mensurando os resultados, visando o aperfeiçoamento contínuo das atividades de auditoria.	Janeiro		DIRETA	2	20	6	240
02	Auditoria em Gestão e Execução Orçamentária-Financeira e Licitações	AUDIN	PROAD/CGFC e PROPLADI	Comprovar: a conformidade da execução com as metas, limites e destinações estabelecidas na lei orçamentária, o alcance dos objetivos governamentais, a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como examinar os resultados atingidos quanto à eficiência, eficácia e economicidade da gestão; acompanhar tempestivamente os principais processos licitatórios, verificando sua formalização e adequação dos certames à legislação vigente.	Fevereiro	Dezembro	DIRETA	2	90	4	720
03	Auditoria Baseada em Riscos (ABR)	AUDIN	Todas as áreas	Identificar as áreas mais vulneráveis da instituição, culminando com a elaboração de uma matriz de risco, com o propósito de subsidiar: - o planejamento dos trabalhos de auditoria, quando da elaboração do PAINT 2016; - a definição do escopo, profundidade e extensão da análise; e - o direcionamento geral dos trabalhos, a fim de contribuir para a análise da gestão e promover um melhor conhecimento do controle interno da entidade.	Março	Agosto	DIRETA	3	55	4	660
04	Auditoria na Gestão da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Propladi	AUDIN	PROPLADI	Verificar os aspectos relativos à eficiência, eficácia e efetividade da gestão, avaliando os controles internos realizados pela administração da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Propladi).	Julho	Setembro	DIRETA	3	50	6	900
05	Auditoria na Gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC	AUDIN	PROEC	Verificar os aspectos relativos à eficiência, eficácia e efetividade da gestão, avaliando os controles internos realizados pela administração da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).	Março	Maior	DIRETA	3	40	6	720
06	Acompanhamento das Recomendações	AUDIN	Todas as áreas	Monitorar as recomendações referentes ao exercício 2015, 2016 e pendências de exercícios anteriores, verificando as providências adotadas pelas áreas auditadas.	Fevereiro	Dezembro	DIRETA	2	120	2	480
07	Elaboração do PAINT 2017	CGU	AUDIN	Planejar as ações da auditoria para o exercício seguinte.	Setembro	Outubro	DIRETA	2	40	4	320
08	Capacitação da Equipe Técnica	AUDIN	AUDIN	Capacitação profissional por meio de participação em treinamentos referentes aos objetos auditados, controle interno, riscos, e demais aperfeiçoamentos que se fizerem necessários para um aperfeiçoamento constante da equipe de auditoria no exercício de suas funções.	Janeiro	Dezembro	DIRETA	-	-	-	500
09	Acompanhamento às Diligências dos Órgãos de Controle (CGU e TCU)	CGU e TCU	UFABC	Assessorar os Órgãos de controle interno (poder executivo) e externo, da Administração Pública Federal.	Janeiro	Dezembro	INDIRETA	-	-	-	520
10	Ações de Integração e Comunicação da AUDIN	AUDIN	AUDIN e Todas as áreas	Atender durante o exercício as demandas com relação à integração e comunicação da AUDIN junto à comunidade acadêmica, tais como: a página na internet, a coluna do informativo institucional (Comunicare), e a administração de conteúdo em rede social (Facebook do Auditorito).	Janeiro	Dezembro	DIRETA	-	-	-	480
11	Bolsas de Auxílio a Estudantes	AUDIN	PROAP	Verificar a adequação dos controles existentes, bem como cumprimento dos princípios legais e normas administrativas quanto aos procedimentos adotados para concessão de auxílio a estudantes.	Agosto	Outubro	DIRETA	3	50	6	900
12	Gestão dos Laboratórios Didáticos	AUDIN	PROGRAD / CENTROS	Verificar os aspectos relativos à eficiência, eficácia e efetividade da gestão patrimonial, de suprimentos, utilização do espaço, bem como questões de acessibilidade, avaliando os controles internos realizados pela gestão.	Janeiro	Março	DIRETA	3	50	6	900
13	Convênios e Parcerias com Fundação de Apoio	AUDIN	ACIC	Avaliar os controles pertinentes à transferência voluntária de recursos da UFABC nos exercícios de 2015 e 2016, com ênfase nas fundações de apoio e outras entidades privadas sem fins lucrativos.	Setembro	Dezembro	DIRETA OU COMPARTILHADA	2	40	5	400
14	Gestão de Contratos	AUDIN	PROAD	Avaliar a gestão dos contratos celebrados pela UFABC, no tocante à qualidade da prestação de serviços e ao cumprimento das cláusulas contratuais e de fiscalização.	Março	Maior	DIRETA	2	40	6	480
15	Reserva Técnica	AUDIN	AUDIN	Diponibilizar horas técnicas da equipe de auditoria para atividades de assessoramento à gestão, bem como, ao aprimoramento dos controles e indicadores da Auditoria Interna.	Janeiro	Dezembro	DIRETA	-	-	30 de 30	360
Total de Homens-hora								12348			